



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
TECNÓLOGO

MARIA DARCY BATISTA ALENCAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL DE POÇO DE JOSÉ DE  
MOURA, PARAÍBA: perspectivas e desafios de uma gestão educadora.**

CAMPINA GRANDE – PB  
2021

MARIA DARCY BATISTA ALENCAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL DE POÇO DE JOSÉ DE  
MOURA, PARAÍBA: perspectivas e desafios de uma gestão educadora.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Gestão Pública Tecnólogo/EAD da Universidade Estadual Da Paraíba – Campus I – Campina Grande, como requisito parcial do Título de Tecnólogo em Gestão Pública.

ORIENTADORA: Paoline Levy P. Almeida, Esp.

CAMPINA GRANDE – PB

2021

A368p Alencar, Maria Darcy Batista.  
Políticas Públicas no Âmbito Educacional de Poço de José de Moura, Paraíba [manuscrito] : perspectivas e desafios de uma gestão educadora / Maria Darcy Batista Alencar. - 2021.  
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Gestão Pública - Tecnológico) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2021.

"Orientação : Profa. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida , UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte ."

1. Políticas Públicas. 2. Gestão Pública. 3. Educação. I.

Título

21. ed. CDD 351

MARIA DARCY BATISTA ALENCAR

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL DE POÇO DE JOSÉ DE  
MOURA, PARAÍBA: perspectivas e desafios de uma gestão educadora.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação  
em Gestão Pública Tecnólogo/EAD da

Universidade Estadual Da Paraíba – Campus I –  
Campina Grande, como requisito parcial do  
Título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em: 24/03/2021.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Esp. Paoline Levy Pereira Almeida (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

**Prof. Ms. Lucas Andrade de Moraes**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

**Profª Ms. Nadja Soares Dantas**  
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

*A construção deste trabalho desde a sua idealização teve a participação de pessoas que sempre me incentivam a lutar por um mundo melhor através do conhecimento. Dedico, portanto, ao apoio incondicional da minha família, dos meus amigos e colegas, em especial aos meus filhos Jéssica, Anne Jezebel e Luiz Fellype, ao meu neto Gustavo Henrique e ao meu esposo Filho Alencar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, gratidão a Deus pelas dificuldades superadas ao longo de minha caminhada, não me faltando abrigo e fortalecimento na fé.

Aos professores e tutores do Curso de Graduação em Gestão Pública Tecnólogo/EAD da Universidade Estadual Da Paraíba, em especial a Paoline Levy, que desde o princípio me cativou por sua compreensão e atenção até nos momentos imprevistos. O Curso a distância me proporcionou um amplo mundo, onde tive a grata satisfação de construir muitas amizades e contar com o apoio significativo de pessoas que me motivaram ao crescimento.

Obrigada por tudo.

## RESUMO

Observa-se que Gestão Educacional refere-se aos extensos instrumentos de iniciativas desenvolvidas pela União, Estados e Municípios compartilhando através da oferta de ensino responsabilidades e outras ações comprometidas com a construção educacional do País. O presente trabalho aspira analisar as Políticas Públicas desenvolvidas no âmbito educacional pela Administração Pública Municipal de Educação do município de Poço de José de Moura no Estado da Paraíba. A pesquisa se realiza por cunho exploratória e ao mesmo tempo descritiva bibliográfica, de procedimentos quanti qualitativos, com ênfase no diagnóstico da esfera educacional, considerando as informações constantes nos indicadores internos e externos. Como resultados, as políticas educacionais adotadas no município estão sendo construídas tendo por base o que preceitua a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB- Lei 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação. Para a garantia do acesso à educação, constata-se a aplicação de políticas afirmativas oferecendo a toda sociedade educação de qualidade, efetivando a implementação do Plano Municipal de Educação, alinhado ao Plano Nacional - PNE, sobre o qual vem se realizando sistematicamente um trabalho de reflexão e apreciação da educação e suas políticas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Gestão Pública. Educação.

## **ABSTRACT**

It is observed that Educational Management refers to the extensive instruments of initiatives developed by the Union, States and Municipalities sharing, through the provision of teaching, responsibilities and other actions committed to the educational construction of the Country. The present work aims to analyze the Public Policies developed within the scope education by the Municipal Public Administration of Education of the municipality of Poço de José de Moura in the State of Paraíba. The research is carried out on an exploratory and descriptive bibliographic basis, with qualitative quantitative procedures, with emphasis on the diagnosis of the educational sphere, considering the information contained in the internal and external indicators. As a result, the educational policies adopted in the municipality are being built based on the precepts of the Federal Constitution of 1988, the Law of Directives and Bases of Education - LDB - Law 9.394 / 1996 and the National Education Plan. In order to guarantee access to education, affirmative policies are applied, offering quality education to the whole society, implementing the Municipal Education Plan, in line with the National Plan - PNE, on which systematic work has been carried out. reflection and appreciation of education and its development policies.

**Keywords:** Public Policies. Public Management. Education.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE – Atendimento de Educação Especializado;
- EAD – Educação a Distância;
- EJA – Educação de Jovens e Adultos;
- FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- MEC – Ministério da Educação;
- OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas;
- ONU – Organização das Nações Unidas;
- PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola;
- PEE – Plano Estadual de Educação;
- PIB – Produto Interno Bruto;
- PME – Plano Municipal de Educação;
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- PNAT – Programa Nacional de Transporte Escolar;
- PNE – Plano Nacional de educação;
- PNLD – Programa Nacional do Livro Didático;
- PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional;
- PSE – Programa Saúde na Escola;
- SIMEC – Sistema Integrado do Ministério da Educação;
- TRE – Tribunal Regional Eleitoral.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS .....	11
2.2 POLÍTICAS DE GOVERNO E SEUS ASPECTOS .....	12
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS .....	13
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>17</b>
4.1 CONHECENDO O AMBIENTE DE ESTUDO .....	17
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	17
4.3 MÉTRICAS DA EDUCAÇÃO .....	18
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>9</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O município de Poço de José Moura encontra-se localizado no Alto Sertão da Paraíba distanciando-se 540 km da Capital do Estado, João Pessoa. De acordo com os antigos moradores, a primeira pessoa a pisar sobre este solo em 1825 foi o senhor Gonçalo de Moura. Este era vaqueiro da Senhora Tomásia de Aquino, residente na cidade de Icó, no vizinho Estado do Ceará, cujas terras às margens direita do Rio do Peixe lhe pertenciam. Com a seca do ano de 1825, o vaqueiro a procura dos recursos para o rebanho, descansou próximo a um local onde existia uma fonte de água que no meio daquele terreno seco surgia chamando atenção um poço de onde jorrava água. Desta estalagem daquele vaqueiro surgiu então essa denominação de Poço, para a devida localidade.

Com o passar dos anos o lugar começou a ser habitado a ponto de se tornar um povoado. Em seguida foram construindo: casas residências, prédios comerciais, escola, Igreja, etc. Aos poucos foi crescendo e se desenvolvendo contando com a participação de José de Moura, que com o dom de curar que lhe foi dado por Deus e São Geraldo, que contribuiu para que o povoado fosse conhecido e visitado por multidões dos mais variados lugares do Brasil, passando a ser um lugar de romaria, aonde diariamente vinham: Pau de Arara, caminhão, carro, cavalo com pessoas e pedestre com a finalidade de expor os seus problemas a procura de soluções.

Atualmente, o município conta com 4.245 habitantes no último censo e se estende por 101 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica é de 39,4 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Limitando-se com os municípios de Triunfo, Uiraúna e São João do Rio do Peixe. Poço de José de Moura se situa a 35 km ao Norte-Leste de Cajazeiras a maior cidade nas adjacências. A sua história teve início a partir da cultura e por ela se envereda aos dias atuais com o resgate dos valores históricos muitas vezes adormecidos para garantir a autoestima de toda sociedade, o investimento na cultura local em prioridade na Educação é a garantia da cidadania e da valorização das diferenças, na busca de superar as desigualdades sociais.

O município se desenvolve assim, a partir da aplicação das políticas públicas, com o objetivo de administrar os recursos de forma eficiente. Dessa forma, compreende-se Políticas Públicas como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas com a participação efetiva de agentes públicos ou privados, objetivando assegurar os direitos e os deveres da cidadania, é evidente e notório que educação é o caminho mais eficaz e propício na construção do conhecimento e para a formação da cidadania.

As Políticas Públicas Educacionais são aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, estabelecendo assim, as diretrizes necessárias para o desenvolvimento da educação em todos os seus níveis. Compreende-se ainda que as políticas voltadas para a educação são programas ou ações designadas pelos gestores para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos. Além de assegurar a educação para todos também é função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino.

Dessa forma, surge o seguinte questionamento: **Como o município de Poço de Jose de Moura, desenvolve e aplica as suas Políticas Públicas para a Educação?**

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as Políticas Públicas desenvolvidas no âmbito educacional por meio da Secretaria Municipal de Educação do município de Poço de Jose de Moura, na Paraíba. Com este trabalho, pretende-se: identificar como está caracterizado o setor de educação; descrever as políticas públicas para educação no município em estudo; analisar os indicadores internos e externos que avaliam e qualificam a Educação do Município em seus níveis de ensino-aprendizagem.

Percebe-se constantemente que as políticas educacionais sendo empregadas e instituídas nas escolas com o firme propósito de melhorias na qualidade do ensino público, para o bom desempenho dos alunos, dos profissionais e da instituição. Assim, justifica-se a escolha do tema, do qual servirá de instrumento para apreciação da Secretaria Municipal de Educação, importante parceira no procedimento de construção deste estudo, no intuito de se renovar o processo ensino aprendizagem de acordo com as demandas internas e externas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Ao longo do tempo cada cidadão vai consolidando seu pensamento crítico e conscientizando que a sua inferência no meio político, em especial nas decisões importantes para coletividade tem se tornado necessário e porque não afirmar imprescindíveis para a garantia dos direitos e deveres da sociedade, sobretudo quando se remete a construção de ideias e projetos para melhorar a qualidade de vida da população e a verificar se tais construções coletivas estão de fato e de direito sendo executadas.

É de conhecimento que a Constituição Federal de 1988 foi considerada como uma “Constituição cidadã” por seu aspecto coletivo de formulação de leis e por atribuir ao cidadão a sua participação na compleição e implementação de inúmeras Políticas Públicas bem como estabelecendo as normas de controle da execução das políticas elaboradas. À luz da Constituição Federal, em especial, os artigos 198, 204 e 206 apresentam a criação de conselhos de Políticas Públicas, conforme o que dispõe:

Os conselhos de Políticas Públicas são mecanismos legais e institucionais de controle social da política no Brasil, que têm a sua organização e funcionamento iniciado com o processo Constituinte de 1988 e posteriormente com rigorosas leis. São espaços democráticos de decisão e participação social na construção das políticas públicas, de forma deliberativa. (MADRIGAL, 2015, p.01-02).

O que se acentua à evolução do direito constitucional permitindo aos cidadãos a integração, a participação efetiva na construção da Lei Magna do País, mais concretamente, dessa democracia participativa, principalmente podendo atuar diretamente para que tenham seus anseios respondidos e a oportunidade de participação eficaz. Tais conselhos, quando bem estruturados, dão força de voz à soberania popular e a convicção de que o Estado Democrático do Direito se concretiza de fato quando os anseios da sociedade são contemplados e efetivados por meio de instrumentos legais.

Entende-se por Políticas Públicas um conjunto de programas e ações que são desenvolvidas pelo Estado para assegurar os direitos que estão preconizados pela Constituição Federal e nas demais leis que instituem as políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e educação. Em evidência, “com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou

privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.” (ANDRADE, 2017, p.01).

Cabe evidenciar que:

Políticas Públicas são totalidades de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (CALDAS, 2008, p. 05).

O termo políticas públicas, como área específica do conhecimento, teve sua origem nos Estados Unidos, no período da Guerra Fria com a finalidade de encarar suas consequências. Sua proposta era oferecer métodos científicos lógicos que pudessem orientar o governo na solução de problemas que remontam à esfera pública (SOUZA, 2006, p. 22-23). Nessa primeira vertente, as políticas ligavam-se à racionalidade, na medida em que primavam pela formulação de decisões que pudessem orientar as atividades de interesse público.

Não obstante, posteriormente, abdicou-se somente esse entendimento racionalidade, no sentido de que deveria incorporar subsídios ligados à relação de poder, como o papel das eleições e o interesse de grupos políticos, partidos políticos e da própria mídia. Esse novo conceito ou reclassificação das políticas públicas prossegue até os dias atuais, sendo congregada no Brasil especialmente a partir do século XXI.

## 2.2 POLÍTICAS DE GOVERNO E SEUS ASPECTOS

Pode-se compreender o conceito de políticas públicas sob dois aspectos: um, visto pelo âmbito da política, que significa as deliberações do governo em que requer uma tomada de decisão, geradora de conflitos; no segundo aspecto, a política pública vista como uma ação administrativa do governo para pôr em prática os programas instituídos.

As políticas públicas ainda podem estar associadas às políticas de Estado e de Governo; sabendo que a diferença que se formaliza entre Política de Estado e Política de Governo é que a primeira independe de governante porque está amparada pela Constituição Federal e a

segunda conseqüentemente, é própria de um governo, são os planos de ação, dos projetos elaborados que são transformados em políticas públicas mediante o decorrer de sua gestão.

É necessário compreender e reconhecer que Políticas Públicas vão além do simples repasse de verba do Poder Público para desenvolvimento de ações de interesse da sociedade, conglomerando, também todas as aplicações públicas que funcionem para promoção de governo, para sanar omissões e também desencadeadas por outros agentes interessados.

[...] nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Ao escolhermos os nossos representantes políticos a cada quatro anos estamos exercendo a democracia e o pleno exercício de nossa cidadania, porém, não basta apenas votar, porque o exercício de nossa cidadania se concretiza de fato quando participamos nas formulações das Políticas Públicas conforme determina a Constituição Federal, bem como acompanhar, monitorar a execução de tais políticas sociais. Clémerson Merlin CLÉVE, afirma que a participação do cidadão na esfera estatal é uma aplicação da democracia de forma direta:

Mas a cidadania não se resume na possibilidade de manifestar-se, periodicamente, por meio de eleições para o legislativo e para o executivo. A cidadania vem exigindo a reformulação do conceito de democracia, radicalizando, até, uma tendência, que vem de longa data. Tendência endereçada à adoção de técnicas diretas de participação democrática. Vivemos, hoje, um momento em que se procura somar a técnica necessária da democracia representativa com as vantagens oferecidas pela democracia direta. Abre-se espaço, então, para o cidadão atuar, direta e indiretamente, no território estatal. (CLÉVE, 1990, p.81-98).

Não há como negar que é através da democracia participativa, que o Estado Democrático de Direito se concretiza, mas para uma consolidação ativa desse processo democrático, é impossível não mencionar que cada cidadão deve compreender o contexto social em que vive, mas para isso o investimento em educação desses cidadãos tem que ser imprescindível, para que seja por ele garantida sua liberdade de escolha.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As Políticas Públicas no âmbito educacional foram instituídas com o papel de se desenvolver gastos na educação bem como garantir um maior acesso a esse direito fundamental. O empenho decorreu de uma própria necessidade da população no sentido de se ampliar o acesso ao ensino público, propiciando que pessoas em situações vulneráveis possam ter a oportunidade de ingressar em cursos que lhe incluam no mercado de trabalho.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, determina o direito a educação e ao trabalho como direitos fundamentais da pessoa humana, incumbindo assim o Estado, a família e a sociedade a garantia efetiva desses direitos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

A responsabilidade inerente ao Estado é tão intrínseca quanto da família e da sociedade, de forma que um complementa o papel do outro na efetivação dos direitos fundamentais. A partir do comprometimento do Estado e da Sociedade é viável assim, a transformação da realidade mediante um conjunto de ações, das quais se conhece por Políticas Públicas com ênfase na melhoria da qualidade da educação.

As Políticas Públicas Educacionais foram pensadas e elaboradas visando atender as demandas da população tendo em vista os inúmeros obstáculos que muitos cidadãos encontram para o acesso ao ensino público, bem como pelos baixos índices e qualidades atribuídas pelo cenário nacional do ensino público brasileiro.

A importância do comprometimento do Estado, da família e da sociedade demonstra realmente o interesse com que se objetiva transformar tais realidades. Cabe ressaltar que em um acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), em 2000, vários países estabeleceram metas para melhorar a qualidade de vida da população, visando um mundo melhor, mais digno e sustentável, em especial a educação, porque só a educação é capaz de transformar o mundo, ela vai além do ambiente escolar, em casa, na rua, na igreja aprendem-se



regras de convívio e conhecimentos sociais; a educação escolar se faz na escola com os conhecimentos científicos que transformam o conhecimento intelecto do homem, para tanto, na concretização desses saberes, serão cabíveis inúmeras delimitações pelo sistema de ensino o que é resultado das políticas públicas.

As Administrações Públicas a cada mandato eletivo estabelecem por meio de seus planos suas Políticas Públicas, observando o que determina a Constituição Federal, no âmbito Municipal, Estadual e Federal. Inúmeros são os programas, as ações, e os documentos que se elaboram e se publicam para tomar notoriedade no cenário político partidário. Surgem vários questionamentos, dúvidas, insatisfações, porém, cabe a cada um fazer uma autocrítica sobre a educação e responder: avançamos, regredimos ou estacionamos?

Torna-se viável citar algumas Leis que instituem as Políticas Públicas na área educacional no Brasil como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 1996), um documento extremamente importante que visa definir e regularizar a Educação Nacional com base na Constituição Federal. Outro documento que traz em si inúmeras Políticas Públicas é o Plano Nacional de Educação, e, por conseguinte, os Planos Estaduais e Municipais de Educação, que compõem vinte e uma metas para o Ensino Público. Assim, as ações e os programas são desenvolvidos no país, em cada Unidade Federativa e em cada Município objetivando assim a melhoria na qualidade da educação brasileira.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Sabe-se que metodologia é o estudo dos métodos, especialmente dos métodos das ciências. É um processo utilizado para dirigir uma investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar um fim determinado. A Metodologia científica aborda as principais regras para uma produção científica, fornecendo as técnicas, os instrumentos e os objetivos para um melhor desempenho e qualidade de um trabalho científico.

O presente trabalho surgiu de uma inquietação acerca da efetividade das Políticas Públicas que estão sendo desenvolvidas no município de Poço de José de Moura. Para tanto, os princípios metodológicos adotados, bem como os procedimentos escolhidos na coleta das informações tiveram por base os critérios básicos quanto aos fins e aos meios.

Dada às características da pesquisa, desencadeou-se, no tocante aos fins, como exploratória, por meio de sondagens, visitas, levantamentos bibliográficos e citações para facilitar o entendimento do assunto; e ao mesmo tempo descritiva, para obtenção de novas informações e subsídios, objetivando delinear os resultados para se impetrar uma visão mais estatística.

Quanto aos meios, de cunho bibliográfico que conseqüentemente, foi enriquecida com algumas informações complementares construtivos por meio dos órgãos e pessoas que exercem suas funções no contexto educacional, sendo eles: Secretaria Municipal de Educação, com os Conselhos Municipais, principalmente o Conselho de Educação, Equipe Técnica de Monitoramento e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação e com os Coordenadores e Orientadores Pedagógicos Educacionais comprometidos com a implementação das Políticas Públicas no Município.

Por fim, os procedimentos para a coleta das informações deram-se através do método quantitativo, pois, para a compreensão e construção da pesquisa, inicialmente, foi preciso o estudo dos dados estatísticos relacionados aos índices de avaliação externa no contexto educacional do Município e qualitativo por envolver a equipe técnica da secretaria acima mencionada, com seus esclarecimentos, ideias e observações construtivas neste processo.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 CONHECENDO O AMBIENTE DE ESTUDO

O Município de Poço de José de Moura, Paraíba, teve sua emancipação oficializada no dia 29 de abril de 1994, quando o Governo do estado fez publicar a Lei Estadual 5.931, proporcionando a independência do então Distrito de Poço de José de Moura da cidade de São João do Rio do Peixe.

A instalação administrativa e definitiva aconteceu quando o Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PB realizou eleições municipais no dia 15 de novembro de 1996, onde foram eleitos o primeiro prefeito, vice-prefeito e nove vereadores. Em consequência desse fato, a Câmara Municipal foi instalada no dia 01 de Janeiro de 1997, quando se deu as respectivas posses. Atualmente, a Gestão Municipal é composta pela Prefeita Municipal Aurileide Egídio de Moura e Vice-Prefeito Paulo Braz de Moura, eleitos para a gestão 2017- 2020. As secretarias e seus respectivos secretários que complementam a Gestão Municipal são: Ação Social: Aldecy Alves de Moura; Educação – Núbia Nayete de Moura Dantas; Saúde: Layane Anacleto;

Finanças – Geraldo Dias Moreira; Administração – Clélia Kallyane Bandeira; Mulher - Naézia Barbosa Batista; Infraestrutura – Aureliano Egídio de Moura; Cultura e Esporte – Francisco Cazuza Sobrinho e Agricultura – Jânio Francisco de Oliveira.

### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Poço de José de Moura conta atualmente com 16 (Dezesseis) Escolas Municipais e 01 (uma) Escola Estadual. 02 (duas) Bibliotecas Públicas Municipais, sendo uma na Sede do Município e outra na Escola Municipal do Sítio Torrões.

A Rede Municipal de Ensino Público está distribuída da seguinte forma: 02 escolas na sede do município. 14 na área rural, para atendimento de 1.456 alunos em três níveis de ensino:

Infantil, Fundamental I e Fundamental II e, na modalidade EJA.

No município a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,44% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 72,67%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 35,13%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 37,27%.

A secretaria de Educação do referido município está localizada na Avenida Frei Damião, Centro, legalmente representada pela professora Núbia Nayete de Moura Dantas.

A missão da Secretaria de Educação é promover o desenvolvimento da Educação Básica em suas modalidades a fim de atender a demanda educacional do município. Os seus objetivos são: I- Zelar pela administração transparente e responsável da Rede Municipal de Ensino; II- Propor, implementar, acompanhar e avaliar as ações que integram as políticas públicas da educação do município; III- Desenvolver políticas de capacitação e valorização do profissional da educação; e IV- Assegurar o acesso, a permanência e a promoção do aluno na escola, especialmente das camadas populares, garantindo-lhes uma aprendizagem significativa.

#### 4.3 MÉTRICAS DA EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal da Educação desenvolve suas ações buscando sempre a construção da gestão democrática e participativa, a educação de qualidade para todos e o fortalecimento do trabalho coletivo. Responsabilizando-se pelas diretrizes políticas, funcionamento administrativo e pedagógico de sua Rede de Ensino, em acordo com as Diretrizes de Ação Governamental, procurando investir com seriedade, na construção de ambientes estimuladores de vivências saudáveis, de participação e de desenvolvimento da solidariedade em defesa de uma escola inclusiva e para todos.

Para tanto, o Plano Municipal de Educação do município, elaborado alinhado ao Plano Nacional de Educação, em articulação com os entes Federados propõe consolidar o Sistema Municipal de Educação de Poço de José de Moura, expressando o compromisso da Gestão Municipal que transcende governos e promove mudanças nas Políticas Educacionais geradoras

de avanços no processo educacional e, conseqüentemente na qualidade de vida da sociedade poçomourense.

O referido PME, encontra-se monitorado por uma equipe técnica educacional, bem como representantes da sociedade civil, no qual anualmente realiza-se análise e estudo sobre a suas vinte metas com suas respectivas estratégias a serem cumpridas entre 2015 a 2025, no que condiz:

- ✓ Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.
- ✓ Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- ✓ Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%;
- ✓ Meta 4 - Universalizar, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino;
- ✓ Meta 5 – Universalizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;
- ✓ Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% dos alunos da educação básica; Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais do IDEB;
- ✓ Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres,

e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.);

- ✓ Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional;
- ✓ Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio;
- ✓ Meta 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas;
- ✓ Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, e expansão, para, pelo menos 40%, das novas matrículas no segmento público;
- ✓ Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores;
- ✓ Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado;
- ✓ Meta 15 – Apoiar a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando que todos os professores da escola básica possuam formação específica em nível superior obtida em curso de licenciatura na respectiva área de atuação;
- ✓ Meta 16 - Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 80% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino;
- ✓ Meta 17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE;

- ✓ Meta 18 - Assegurar, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;
- ✓ Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de dois anos para a efetivação da gestão democrática na educação associada a critérios técnicos de mérito de desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto;
- ✓ Meta 20 - Utilizar o investimento público em educação pública, assegurando a competência de cada ente federado de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio.

O município de Poço de José de Moura construiu em parceria com o Ministério da Educação a construção de equipamento em Ensino Infantil no âmbito do Programa Pró-infância em substituição para a atual creche. O novo equipamento foi construído no Bairro Casas Populares na Sede municipal, atendendo em média 90 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, as crianças de 4 a 5 anos são atendidas em outras Unidades de Ensino. Outrossim, recentemente, dentro dos padrões normativos definidos pelo MEC, foi construída a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Integral Juarez Alves Tavares construída com recursos do Pacto Social da Paraíba com contrapartida municipal, foi inaugurada em outubro de 2018, tendo em 2019 o seu primeiro ano de funcionamento atendendo alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental nos turnos manhã e tarde.

O Governo municipal oferece transporte escolar para o acesso às escolas com uma frota de 4 micro-ônibus do Programa Caminhos da Escola. Para suprir as demandas de Educação não realizadas no município, como ensino técnico, pré-universitário e universitário, as jovens recorrem a Municípios vizinhos, a gestão pública oferece transporte, além de incentivos por meio de auxílio transporte quando não há transporte efetivo para outras localidades das quais o transporte escolar não abrange.

No acompanhamento e monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, convém afirmar que as suas respectivas metas de universalização de ensino em suas

modalidades, não foram obedecidas tendo em vista que nem mesmo Estados e União as cumpriram, pois atender e garantir 100% da população na escola, torna-se humanamente impossível, tendo em vista que os indicadores sociais ainda deixam a desejar e muitas das vezes os órgãos municipais não são tão eficazes; contudo há uma forte parceria com a secretaria de saúde do município para identificar o número de crianças, adolescentes e jovens fora do sistema de ensino e que aos poucos o município com interferência do Conselho Tutelar está convencendo as famílias e espera-se que até o final de vigência do plano este objetivo seja alcançado, se não em sua totalidade, mas um percentual significativo.

As parcerias com as quais o município estabelece são as que mantêm a rede de ensino mais fortalecidas e eficientes. São programas e projetos que a secretaria firmou e incentiva para o sucesso escolar. Dentre os programas firmados com o Governo Federal podem se destacar: O PDE, onde é um programa de apoio à gestão escolar disponibiliza no SIMEC e está organizado em etapas que auxiliam a equipe escolar identificar seus principais problemas e definir ações para alcançar seus objetivos. Outro Programa de incentivo do Governo Federal é o Programa Bolsa Família com a transferência direta de renda que beneficia as famílias em situação de pobreza, identificado pelo município no Cadastro Único, cabendo a escolar a informação de frequência escolar.

O programa Saúde na Escola – PSE vem se desenvolvendo de forma positiva pois atuando nas Unidades de Ensino com a prevenção, atenção e promoção à saúde dos jovens e adolescentes. Este programa desenvolve ações relevantes às crianças e jovens identificando, por exemplo, índices de obesidade, diabéticos, dentre outros problemas de saúde não identificados pela família, e, principalmente atuando na prevenção do uso de drogas por meio da educação, informação, capacitação.

O Programa Brasil Carinhoso, em efetividade no município vem fortalecendo as atividades e permanências de crianças na creche municipal; O Programa de Benefício de Prestação Continuada nas escolas que monitora o acesso e permanência de pessoas na escola com deficiência, eliminando as barreiras que obstam esse direito inalienável. A Escola da Sede Professor Francisco Cassiano Sobrinho dispõe de sala específica ao atendimento de AEE equipada fisicamente com mobiliários e pedagógicos e atendimento de psicólogo semanal.

O município estabelece Formação pela Escola com cursos que têm dado subsídios aos gestores no que tange a prestação de contas do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola; o PNLD, Programa Nacional do Livro Didático; o PTE, Programa de Transportes Escolar; o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar; o FUNDEB, Fundo Nacional de



Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, bem como a oferta de formação continuada aos profissionais em pós-graduação.

Através do PROINFO, duas escolas no município dispõem de equipamentos de informática com computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais com laboratórios equipados e profissionais capacitados para acatar a demanda para o uso das tecnologias no atendimento ao alunado. Dentre outros programas como Caminho da Escola que garante o acesso através de transporte escolar; o Programa Nacional de Biblioteca na escola; As Olimpíadas de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro; as Olimpíadas Brasileira de Matemática – OBMEP.

Os incentivos educacionais promovidos pela secretaria municipal de educação consistem em Projeto de Agente de Leitura atuando nas bibliotecas escolares; Projeto de Leitura e Escrita em toda rede de ensino fortalecendo a aprendizagem na escola; Projeto Família na Escola estabelecendo parcerias e motivando o compromisso familiar no desenvolvimento dos alunos; Prêmio educador poçomourense que motiva e incentiva o trabalho dos profissionais em sala de aula; Educação Para a Paz, buscando incentivar as crianças, jovens e adolescentes a compreender as demandas e interesses daqueles que se colocam no lugar de aprendiz respeitando crenças e valores que todos trazem consigo.

Enfim, o município vem realizando ações de desenvolvimento da educação municipal em conformidade com o Plano de desenvolvimento da Educação – PDE, do Ministério da Educação. Para garantir o desenvolvimento do sistema educacional municipal o Ministério da Educação definiu que a Gestão Municipal deve priorizar a qualidade da educação pública ofertada na prática e consolidação do planejamento, da mobilização social, da participação democrática, da cidadania, do orçamento público, do financiamento e da absorção de programas indutores de qualidade da educação.

Convém citar que na modalidade Educação Infantil que atende crianças de zero a cinco anos, tem compartilhado de transformações significativas através das ações da gestão municipal e da secretaria municipal de educação, seja com a urbanização, a Construção de Creche inovadora, dentro dos princípios tecnológicos de atendimento a criança. O percentual de crianças nesta faixa etária no município é bastante significativo o que se leva a crer que dentro o prazo legal do PME espera atender a universalização.

No tocante ao Ensino Fundamental, a Constituição Federal, estabelece:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; Art. 208 - I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria; § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (BRASIL, 1988).

A rede municipal de ensino de Poço de José de Moura, no que se refere ao desenvolvimento de políticas de oferta de matrículas de ensino fundamental, nos anos iniciais e finais, alcançou um percentual bastante significativo conforme o Censo Escolar, o que comprova a seriedade e compromisso da atuação municipal, pois 98,5% das crianças em faixa etária de 6 a 14 anos frequenta o ensino fundamental. Assim, o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no município tem apresentado média positiva desde 2005, ultrapassando as metas projetadas pelo governo federal.

O quadro de professores do Município se apresenta de forma positiva, observa-se que o município conta com 95 professores, destes, 75 com Pós-graduação, alcançando a meta prevista para 80%, demonstrando assim incentivos na formação dos educadores.

As políticas Públicas instituídas através do Plano Municipal de Educação, encontram-se em processo de acompanhamento, onde o cumprimento de suas metas dar-se-á mediante o exercício do período de 2015 a 2025 e vem sendo monitorado por uma equipe estabelecida pela Lei do Plano Municipal nº 385/2015.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais integram o grupo de políticas públicas sociais do País, constituindo componentes de normatização do Estado conduzido pela sociedade civil, objetivando assegurar o direito à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do estudante. Atualmente, inúmeras são as políticas públicas implementadas pelo Governo, buscando a sua governabilidade, no sentido de desenvolver programas e ações, bem como editar planos que visem a prolixidade do acesso ao ensino em suas bases educacionais.

Em decorrência do acompanhamento realizado perante a Secretaria Municipal de Educação, as Escolas de Ensino Infantil e Fundamental e Creche Municipal, constata-se a seriedade com que tem se pensado a Educação em Poço de José de Moura – PB, em meio aos problemas que afetam diretamente o ensino público a nível nacional. O referido município vem se destacando no desenvolvimento das políticas públicas em seu cotidiano. Percebe-se a efetivação dos diversos conselhos que acompanham e monitora o sistema de ensino, ensejo pelo qual é notória a qualidade do ensino público e a satisfação de toda comunidade escolar, motivo principal para a aprovação contínua das contas do município perante o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como outros órgãos de fiscalização.

O estudo ora desenvolvido, além da compreensão de que as políticas públicas voltadas para a área educacional nada mais é do que a ponte que liga as determinações e objetivos legais com a realidade local, compreende-se, por conseguinte, que tais políticas e programas desenvolvidos para o município em pauta, têm uma ligação direta com as escolas, posto que estas são os lócus onde a realidade que necessita ser atingida se apresenta. A reestrutura das unidades escolares que compõem a rede municipal de ensino, tem se tornado notório, quando identificamos a climatização em suas salas de aulas, proporcionando um espaço de aprendizagem bastante satisfatório, tanto para o alunado quando para o educador, ambientes de leitura, de ciência e informática com ênfase nas tecnologias educacionais para o processo de aprendizagem, pois, assim como a leitura e a escrita, não há dúvida de que a aprendizagem também ocorre através da interação do homem com as ferramentas tecnológicas que o mundo oferece atualmente.

Desta feita, percebe-se que os indicadores de avaliação da educação no município demonstram a eficiência da aplicabilidade de suas políticas, tendo em vista que os resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica vêm superando as metas que são projetadas pelo Ministério da Educação a cada biênio no município.

É indiscutível a importância que tem o Poder Público em oferecer, instituir um sistema de ensino de qualidade, que venha realmente atender as necessidades educacionais em seu território geográfico. No Município de Poço de José de Moura, a realidade também condiz com os demais municípios, excepcionalmente, quando falamos de dados preocupantes relativos aos problemas educacionais arraigados no País, sobretudo quando os investimentos em educação são postos em segundo, terceiro ou último plano pelo Governo Federal.

Como consequência da análise das informações e das características apresentadas no campo educacional, e para compreensão da institucionalidade das políticas públicas educacionais no Município em foco, é extremamente cabível, mencionar o quão responsável se aplica as estratégias para a efetivação dessas políticas educacionais, dando prioridade e ênfase àqueles que estão diretamente ligados ao processo educacional: os professores. São eles que estão mais próximos dos educandos, são eles que conhecem a realidade de cada estudante. Assim, lhes são dados o direito de participar da construção de tais políticas, sejam por meio de encontros pedagógicos locais, seminários temáticos, palestras regionais, nas reuniões de Conselhos e pais e conferências municipais e regionais onde participam do processo dos quais fazem parte e principalmente nas intervenções das metas do Plano Municipal de Educação.

Como propostas de trabalho, tal pesquisa proporcionou o incentivo e motivação para o estudo de novas ações na efetivação das Políticas Públicas, para que sejam pensadas, construídas e aperfeiçoadas pelos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e que visem sempre a ampliação e melhoria nas condições e na qualidade da educação básica do Município.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. POLITIZE. 2016. Disponível em: s <<https://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2018;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002;

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. Resolução nº 2 – Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEESP,2001;

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1996 – Estabelece ad Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF/DOU 23/12/1996. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm).>Acesso em 04/11/2019;

\_\_\_\_\_. MEC. Censo da Educação Básica, Brasília. 2001, 2002, ... 2010;

BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Constituição (1988). Art. 227. Constituição da República Federativa do Brasil;

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.). Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008;

CLÈVE, Clèmerson Merlin. O cidadão, a administração pública e a nova Constituição. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 27, n. 106, p. 81-98, abr./jun. 1990;

MADRIGAL, Alexis. Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988. Jus.com.br, Terezina - Pi, n. 211, p.01-02, 01 jun. 2015. Semanal. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federalde-1988>>. Acesso em: 26 de novembro de 2018;

PLANO Nacional de Educação – PNE. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

PLANO Estadual de Educação – PEE – PB. VERSÃO PRELIMINAR;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA-PB/SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação. 2015. Lei nº 385/2015,  
UNICEF. Guia de políticas Públicas. Dicas para garantir os direitos das crianças e adolescentes  
nos municípios do semiárido. Brasília 2014. Disponível em  
[https://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_guia\\_politicas-publicas\\_sab1316.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/br_guia_politicas-publicas_sab1316.pdf). Acesso em: 02 de  
dezembro de 2018.

## ANEXO

### ANEXO I - RELAÇÃO DE ESCOLAS E NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS

(2010)

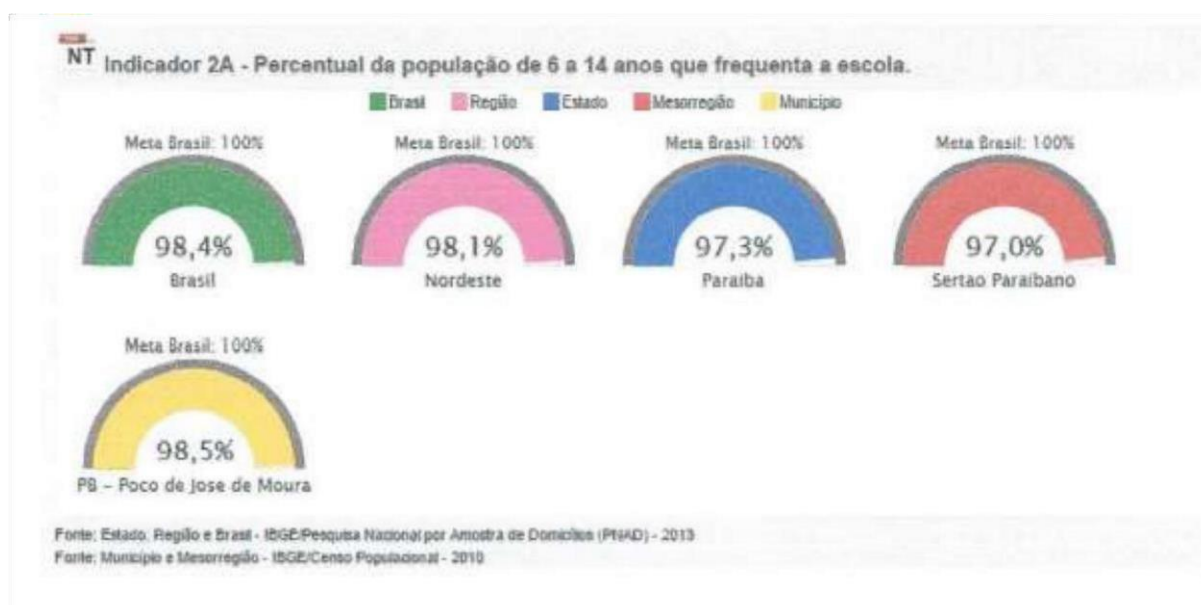
Nome da Escola	Nível de Ensino/ modalidade	Tipo de Ensino	Nº de Alunos Matriculados	Turnos	Localização
Professor Francisco Cassiano Sobrinho	Infantil e Fundamental I e II e EJA	Regular	628	Manhã, Tarde e Noite.	Sede Municipal
EM Manoel Clementino Neto	Infantil e Fundamental I e II e EJA	Regular	210	Manhã / Tarde e Noite.	Distrito de Torrões
EMEIF José Gabriel de Oliveira	Infantil e Fundamental I e EJA	Multisseriado	36	Manhã	Sítio Cabaços
EMEIF Antônio Olímpio de Almeida	Infantil e Fundamental I e EJA	Multisseriado	37	Manhã, e Noite.	Sítio Lagoa Vermelha
EMEIF Moisés Fortunato Duarte	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	43	Manhã	Sítio Nambi
EMEIF Carnaubinha	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	39	Tarde e Noite	Sítio Carnaubinha
EMEIF Recanto de Calçara	Infantil e Fundamental I e EJA	Multisseriado	29	Tarde e Noite	Sítio Recanto de Calçara
EMEIF Professora Mª Piedade Alencar Ribeiro	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	44	Tarde e Noite	Sítio Bezerra Amarrado
EMEIF Currais Velhos	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	63	Manhã/Noite	Sítio Currais Velhos
EMEIF Pedro Evangelista	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	61	Manhã/Noite	Sítio Casas Velhas
EMEIF Vaquejador	Infantil, Fundamental I e EJA	Multisseriado	54	Manhã/Noite	Sítio Vaquejador
EMEIF Cambito	EJA	Regular	35	Noite	Sítio Cambito
EMEIF Silva	EJA	Regular	26	Manhã e Noite	Sítio Silva
EMEIF Claudino Anacleto de Andrade	EJA	Regular	30	Noite	Sítio Pau D'arco
EMEIF Francisco Batista das Chagas	EJA	Regular	25	Noite	Sítio Jenipapeiro
EMEIF Carretão	EJA	Regular	44	Noite	Sítio Carretão

## ANEXO II

### - INDICADOR 1 A



### - INDICADOR 2 A





## ANEXO III

### – INDICADOR IDEB

**IDEB Nacional, Estadual e Municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais**

IDEB - TOTAL	IDEB OBSERVADO					Metas projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil		4,0	4,4	4,2	4,9	3,6	4,0	4,4	4,7	
Paraíba		3,3	3,6	4,0	4,2	2,8	3,1	3,5	3,8	
Poço José de Moura	2,1	2,7	4,3	4,2	4,8	2,2	2,6	3,0	3,3	4,5

Fonte: <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>